



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP SGT/2015

EAP 3º SGT QPPM

(Edital nº 14/2014, de 10 de dezembro de 2014).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 11/04/2015

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente após transcorridos o tempo mínimo de 01:00 (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

01ª QUESTÃO – De acordo com a Lei Estadual nº 5.301, de 16/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa INCORRETA sobre os requisitos para ingresso na Polícia Militar de Minas Gerais.

- A. () Ter altura mínima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros), exceto para oficiais do Quadro de Saúde.
- B. () Possuir idoneidade moral.
- C. () Ser aprovado em avaliação psicológica.
- D. () Ter entre 18 e 30 anos de idade na data da inclusão, salvo para os oficiais do Quadro de Saúde, cuja idade máxima será de 40 anos.

02ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Instrução Conjunta de Corregedorias n.º 01 (ICCPM/BM n.º 01/2014) de 03/02/14, que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, avalie as assertivas abaixo:

- I. As Unidades deverão manter atualizados o controle dos militares presos, investigados e processados/condenados judicialmente, bem como das intimações/requisições dos órgãos externos, com informações relativas aos últimos 02 (dois) anos, no mínimo.
- II. A ausência de autenticação (“confere com o original”) em cópias de documentos juntados aos autos dos processos e procedimentos disciplinares obrigatoriamente torna o documento inidôneo.
- III. As operações realizadas pela Equipe de Prevenção e Qualidade deverão ser divulgadas às Unidades, excetuadas aquelas de natureza sigilosa.
- IV. A instauração, o controle e a solução de processos e procedimentos disciplinares serão realizados pelas Seções de Recursos Humanos (SRH) na PMMG e, no CBMMG, pelos Cartórios, inclusive os de grau de sigilo “RESERVADO”.
- V. É vedado aos Comandantes, em todos os níveis, utilizar seu poder disciplinar, com a finalidade de obrigar os militares à satisfação de seus débitos, limitando-se, em regra, a orientá-los e, também, à parte interessada, conforme o caso.

São FALSAS as assertivas:

- A. () II e V, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () II e IV, apenas.
- D. () I e II, apenas.

03ª QUESTÃO – De acordo com o Decreto Estadual nº 46.298, de 19/07/2013, que contém o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Poderá ser realizada em qualquer época a promoção trintenária e a por tempo de serviço, a partir do atendimento das condições exigidas para esses fins.
- B. () A praça candidata à promoção pelo critério de merecimento ou antiguidade deverá satisfazer as condições para concorrer à promoção, observado o disposto no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais - EMEMG, no ano da promoção, até 15 de dezembro, exceto o interstício que poderá ser completado até a data da promoção.
- C. () O Soldado de 1ª Classe candidato à promoção por tempo de serviço deverá satisfazer as condições para promoção na data em que completar oito anos de efetivo serviço.
- D. () Ao militar licenciado ou dispensado em caráter temporário, em decorrência de acidente de serviço ou moléstia profissional, cuja falta de capacidade laborativa não seja definitiva e que não tenha participado de curso ou treinamento exigido nos termos do Regulamento de Promoção de Praças (RPP), em decorrência do mesmo acidente ou moléstia, será assegurada a convocação para o treinamento ou curso subsequente, de mesma natureza, tão logo cesse sua licença ou dispensa e, se aprovado, ser-lhe-á garantida, para fins de promoção dentro do respectivo Quadro, a contagem de tempo retroativa à data de conclusão do curso ou treinamento de que não tenha participado.

04ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o contido no Decreto Estadual nº 46.298, de 19/07/2013, que contém o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, para efeito de promoção, a ANTIGUIDADE será apurada:

- A. () I – pela data da promoção ou nomeação; II – pela prevalência sucessiva, em ordem decrescente, dos graus hierárquicos anteriores; III – pela data de praça; e IV – pela data de nascimento.
- B. () I – pela prevalência sucessiva, em ordem decrescente, dos graus hierárquicos anteriores; II – pela data de praça; III – pela data de nascimento; e IV - pela data da promoção ou nomeação.
- C. () I – pela data de praça; II – pela data de nascimento; III – pela prevalência sucessiva, em ordem decrescente, dos graus hierárquicos anteriores; e IV - pela data da promoção ou nomeação.
- D. () I – pela data da promoção ou nomeação; II – pela data de praça; III – pela prevalência sucessiva, em ordem decrescente, dos graus hierárquicos anteriores; e IV – pela data de nascimento.

05ª QUESTÃO – De acordo com o Decreto Estadual nº 46.298, de 19/07/2013, que contém o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, avalie as assertivas abaixo:

- I. Será computado, para efeito de promoção, o tempo de interdição judicial.
- II. À praça dispensada definitivamente pela Junta Central de Saúde – JCS – de atividade incluída no conjunto de serviços de natureza policial ou bombeiro-militar e que mantenha capacidade laborativa residual serão asseguradas condições especiais para treinamentos ou cursos, para efeitos de promoção dentro do respectivo Quadro.
- III. A praça graduada possuidora de curso da instituição militar estadual, se reintegrada, tem direito a concorrer à promoção correspondente ao curso que possuir, na forma do Regulamento de Promoção de Praças.
- IV. No caso de promoção por invalidez, a praça incluída no QA e que for, posteriormente, julgada incapaz definitivamente para todos os serviços de natureza policial ou bombeiro-militar ou julgada inválida, em exame de saúde, deverá ser promovida, independente de vaga e data própria.
- V. Concorrerá a promoção e será promovida a praça que, incluída no quadro de acesso, estiver cumprindo sentença penal.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I, IV e V, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () II, III e V, apenas.
- D. () II, III e IV, apenas.

06ª QUESTÃO – A Resolução nº 4.085/10- CG, de 11 de maio de 2010, dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar, e o porte de arma de fogo pertencente à PMMG.

Nos termos da referida norma, a quantidade máxima de arma de fogo que o militar pode adquirir é definida pelo Comando do EB da seguinte forma:

- A. () I - 1 (uma) arma de porte de uso restrito, semiautomática, no calibre .40; II - 2 (duas) armas de porte de uso permitido; III - 2 (duas) armas portáteis, de caça, de alma raiada, de uso permitido; IV - 2 (duas) armas portáteis, de caça, de alma lisa, de uso permitido.
- B. () I - 2 (duas) armas de porte de uso restrito, semiautomáticas, no calibre .40; II - 1 (uma) arma de porte de uso permitido; III - 2 (duas) armas portáteis, de caça, de alma raiada, de uso permitido; IV - 1 (uma) arma portátil, de caça, de alma lisa, de uso permitido.
- C. () I - 1 (uma) arma de porte de uso restrito, semiautomática, no calibre .40; II - 2 (duas) armas de porte de uso permitido; III - 4 (quatro) armas portáteis, de caça, de alma raiada, de uso permitido; IV - 1 (uma) arma portátil, de caça, de alma lisa, de uso permitido.
- D. () I - 1 (uma) arma de porte de uso restrito, semiautomática, no calibre .40; II - 1 (uma) arma de porte de uso permitido; III - 2 (duas) armas portáteis, de caça, de alma raiada, de uso permitido; IV - 2 (duas) armas portáteis, de caça, de alma lisa, de uso permitido.

07ª QUESTÃO – Sobre os prazos da Sindicância Administrativa Disciplinar constante do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA), aprovado pela Resolução Conjunta nº 4.220, de 28/06/12, avalie as assertivas abaixo:

- I. O prazo regulamentar para elaboração da SAD é de 30 (trinta) dias corridos.
- II. O prazo regulamentar para elaboração da SAD pode ser prorrogado por até 15 (quinze) dias corridos em casos de necessidade, pela autoridade militar delegante, quando tempestivo e devidamente motivado pelo sindicante.
- III. Quando for imprescindível juntar aos autos laudo pericial, peça técnica de difícil preparo ou outras diligências de demorada realização, a SAD poderá ser sobrestada pela autoridade militar delegante por prazo razoável, em regra, não superior a 30 (trinta) dias corridos.
- IV. O sobrestamento deve sempre ser solicitado pelo sindicante e o dessobrestamento comunicado à autoridade delegante, tão logo o motivo do sobrestamento deixe de existir.
- V. Não será possível a renovação do prazo, além do prazo regulamentar para elaboração da SAD.

São FALSAS as assertivas:

- A. () II e IV, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () II e V, apenas.
- D. () III e V, apenas.

08ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA), aprovado pela Resolução Conjunta nº 4.220, de 28/06/12, no tocante à Sindicância Administrativa Disciplinar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A autoridade que tomar conhecimento de transgressão disciplinar praticada por militar e não detiver competência para instauração de SAD, deverá encaminhar toda a documentação à autoridade competente, em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de responsabilidade.
- B. () A SAD será instaurada por intermédio de Despacho.
- C. () A SAD poderá ser instaurada em decorrência de alegações de prática de crime comum ou militar.
- D. () Nos casos em que o acusado for militar da reserva, o sindicante deverá ser possuidor de precedência hierárquica em relação ao militar sindicado.

09ª QUESTÃO – Nos termos do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA), aprovado pela Resolução Conjunta nº 4.220, de 28/06/12, em relação à Sindicância Administrativa Disciplinar, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Durante toda a instrução do processo, o sindicante deverá notificar formalmente o sindicato ou o seu defensor, para a audição de testemunhas e produção de provas em geral, observando, em regra, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do ato ou da diligência, devendo a notificação ser realizada, sempre que possível, no próprio termo de oitiva em que o acusado ou o defensor esteja presente.
- B. () Há necessidade de nomeação de defensor para o sindicato caso ele não elabore a defesa prévia.
- C. () Notificação para a defesa prévia é uma peça importante da SAD, pois é a partir dela que ocorre a acusação formal do militar acerca da prática de transgressão disciplinar.
- D. () O comparecimento do militar para seu interrogatório e a devolução dos autos é obrigatória, devendo o encarregado, quando necessário, dar ordem direta ao acusado, que poderá incorrer, em tese, na prática do crime do art. 301 (desobediência) do CPM e, contra ele, serem adotadas as medidas necessárias de natureza penal-militar decorrentes.

10ª QUESTÃO – Nos termos do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA), aprovado pela Resolução Conjunta nº 4.220, de 28/06/12, sobre o Relatório da SAD, nas assertivas abaixo marque “V” para as assertivas verdadeiras e “F” para as falsas, e, a seguir marque a alternativa que contém a sequência de repostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () A SAD será encerrada com um minucioso relatório, conforme modelo referencial, em que o sindicante mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas, a análise das razões escritas de defesa e os resultados obtidos, com a indicação do dia, da hora e do local em que ocorreu ou teria ocorrido o ato ou o fato objeto da apuração.
- () A reprodução parcial ou integral de termos de declarações e depoimentos no texto do relatório, de forma contínua e repetitiva, é conduta regular e deverá ser observada pelo sindicante.
- () O sindicante deverá considerar, formalmente, todos os pontos abordados pela defesa, concordando ou discordando, motivadamente, de cada um deles, agrupados ou individualmente.
- () O sindicante, na conclusão do relatório, não poderá indicar a existência de crime comum ou contravenção penal.

- A. () F, F, F, V.
- B. () V, F, V, F.
- C. () V, F, V, V.
- D. () F, V, V, V.

11ª QUESTÃO – Em relação aos militares licenciados e dispensados, de acordo com o contido na Instrução Conjunta de Corregedorias n.º 01 (ICCPM/BM n.º 01/2014) de 03/02/14, que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Diante do caso concreto, a Administração Militar poderá, inclusive, instaurar o devido PAD/PADS em desfavor do militar que falsifica, utiliza atestado falso ou simula doença.
- B. () Deve a Administração Militar atentar para a autenticidade do atestado médico emitido, bem como para eventuais indícios de simulação de doença, situações que poderão ensejar, caso confirmadas, além dos crimes de falsificação de documento, falsidade ideológica ou estelionato (de natureza militar ou comum), transgressão disciplinar prevista no art. 13, III, do CEDM, uma vez que o fato atenta contra o decore da classe e a honra pessoal.
- C. () O militar que tenha o atestado de licença ou dispensa emitido por profissionais de saúde (conveniados, particular, ou mesmo da rede orgânica), se não homologados pelo médico ou profissional habilitado da PMMG ou CBMMG, responderá pela transgressão contida no inciso III do art. 14 do CEDM (deixar de cumprir ordem legal ou atribuir a outrem, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividade que lhe competir), em relação ao dia de ausência do serviço.
- D. () A licença saúde tem caráter mais abrangente do que a dispensa saúde, na rotina profissional do militar, haja vista que a primeira o impede e a segunda apenas o limita em suas atividades, conforme apontado no ato de homologação.

12ª QUESTÃO – Sobre o Julgamento da Transgressão Disciplinar, de acordo com o previsto na Lei Estadual nº 14.310, de 19/06/2002, avalie as seguintes assertivas:

- I. No julgamento da transgressão, serão apuradas as causas que a justifiquem e as circunstâncias que a atenuem ou agravem.
- II. Para cada transgressão, a autoridade aplicadora da sanção atribuirá de um a dez pontos para infração de natureza média.
- III. Ter sido cometida a transgressão em estado de necessidade é uma causa de justificação.
- IV. O cometimento da transgressão disciplinar durante o serviço não é uma circunstância agravante.
- V. Ter sido cometida a transgressão por motivo de relevante valor social ou moral é uma circunstância atenuante.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () II, III e V, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () I, III e V, apenas.
- D. () I e IV, apenas.

13ª QUESTÃO – Nos termos da Instrução Conjunta de Corregedorias n.º 02 (ICCPM/BM n.º 02/2014), de 03/02/14, que estabelece padronização sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG e CBMMG, marque “V” para as assertivas verdadeiras e “F” para as falsas, e, a seguir marque a alternativa que contém a sequência de repostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () A notícia de fato previsto como crime doloso contra a vida (crimes contra a pessoa tipificados no CPM: art. 205 - homicídio consumado e tentado; art. 207 – provocação direta, indireta e auxílio a suicídio), praticado por militar em serviço ou agindo em razão da função, contra civil, será investigada pela Polícia Judiciária (Polícia Civil ou Federal), por intermédio de Inquérito Policial ou Auto de Prisão em Flagrante.
- () Testemunha presencial é aquela cuja identidade – imagem, nome, endereço, profissão e demais dados qualificativos – é preservada quando de sua audição, não constando seus dados na qualificação do depoimento, quando estiver coagida ou ameaçada em decorrência de seu depoimento, conforme a gravidade e as circunstâncias de cada caso, conforme dispõe a lei.
- () Veda-se a designação de mais de um Encarregado de IPM, ainda que em investigações complexas ou aquelas em que haja suspeita da possibilidade da ocorrência de ameaças às Autoridades Policiais envolvidas nas investigações.
- () O comparecimento espontâneo não elidirá a lavratura do APF, desde que presentes os seus requisitos.
- () A audição simultânea de pessoas consiste na tomada de declarações/depoimentos do(s) investigado(s)/conduzido(s), da(s) vítima(s) e testemunha(s) simultaneamente, visando maior fidedignidade e evitar que as falas sejam ajustadas.

- A. () F, F, V, V, F.
- B. () F, F, F, V, V.
- C. () V, F, V, F, V.
- D. () V, V, F, V, F.

14ª QUESTÃO – De acordo com o contido no Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona pode cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona.
- B. () A pena de morte é executada por fuzilamento.
- C. () Para efeito de separação, no cumprimento da pena de prisão, atender-se-á, também, à condição das praças especiais e à das graduadas, ou não; e, dentre as graduadas, à das que tenham graduação especial.
- D. () A pena de impedimento sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, com prejuízo da instrução militar.

15ª QUESTÃO – De acordo com o previsto na Resolução Conjunta nº 4.338, de 04/07/14, que dispõe sobre os parâmetros para declaração de ação legítima de militares estaduais, avalie as assertivas abaixo.

- I. Como regra, o ato administrativo que declarar a legitimidade da ação produzirá os seus efeitos a partir da data da sua publicação.
- II. O ato de declaração de legitimidade (ou ilegitimidade) de ação que contenha motivação e fundamentação inadequada, ilegal, ou caso surjam novas provas, poderá ser revogado ou anulado somente por autoridade militar superior àquela que o proferiu.
- III. No concurso de agentes, a declaração da legitimidade da ação deverá ser feita observando-se o caso concreto e coletivamente, pois a ação dos militares deverá ser legítima ou ilegítima para todos os militares envolvidos.
- IV. Da decisão da autoridade que declarar a ilegitimidade da ação ou que deixar de manifestar acerca da legitimidade caberá recurso, sem efeito suspensivo, nos termos do EMEMG.
- V. Nos fatos envolvendo militares lotados em Unidades distintas, a competência para a declaração da ação legítima, caberá, em todos os casos, ao Chefe do Estado-Maior.

São FALSAS as assertivas:

- A. () II e IV, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () III e V, apenas.
- D. () III e IV, apenas.

16ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução nº 4.320, de 16/07/14, que regulamenta o direito de acesso à informação no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, a gestão da informação na PMMG orienta-se pelos princípios da Administração Pública, observadas as seguintes diretrizes, EXCETO:

- A. () Divulgação de informação de interesse público, mediante solicitação de interessado.
- B. () Promoção da cultura de transparência na administração pública.
- C. () Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
- D. () Proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

17ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução nº 4.320, de 16/07/14, que regulamenta o direito de acesso à informação no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, conforme Política de Atendimento ao Cidadão do Estado de Minas Gerais, será oferecido pelas Unidades de Atendimento Integrado - UAI's, nos municípios onde houver, pela Linha de Informação do Governo do Estado de Minas Gerais – LigMinas – 155.
- B. () Caberá ao Chefe da Assessoria Institucional da PMMG coordenar tecnicamente a política de transparência no âmbito da Corporação, representando o Comandante-Geral, quando necessário, junto à Controladoria Geral do Estado – CGE.
- C. () O pedido de acesso à informação não precisará o nome do requerente.
- D. () Serão atendidos pedidos genéricos de acesso à informação.

18ª QUESTÃO – Nos termos do Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, marque “V” para as assertivas verdadeiras e “F” para as falsas, e, a seguir marque a alternativa que contém a sequência de repostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- () Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- () Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- () Para efeito da aplicação do Código Penal Militar, considera-se navio toda embarcação.
- () O militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

- A. () F, V, V, V, F.
- B. () F, F, F, V, V.
- C. () V, F, V, V, V.
- D. () V, F, V, F, V.

19ª QUESTÃO – Nos termos da Resolução Conjunta nº 4.338, de 04/07/14, que dispõe sobre os parâmetros para declaração de ação legítima de militares estaduais, marque “V” para as assertivas verdadeiras e “F” para as falsas, e, a seguir marque a alternativa que contém a sequência de repostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () Ação legítima é a intervenção (resposta) ou atuação do militar estadual, isolado ou em conjunto, em ocorrência de natureza comum ou militar, quer por determinação, solicitação ou iniciativa própria, desde que tal desempenho se faça comprovadamente necessário e se pautar nos estritos parâmetros autorizados pelo direito.
- () A competência para declarar a ação legítima é da Autoridade Militar que detém o poder disciplinar, nos termos do art. 45 do CEDM, sobre o militar acusado da prática do crime.
- () Nos crimes culposos de qualquer natureza deve-se manifestar sobre a legitimidade da ação.
- () A declaração da ação legítima (ou ilegítima) será realizada por meio de ato administrativo da autoridade militar competente e poderá se dar diretamente no ato de homologação/avocação da solução do Inquérito Policial Militar (IPM).
- () Os encarregados de IPM deverão, no relatório, emitir seu parecer quanto à possibilidade de declaração da legitimidade da ação do militar investigado.

- A. () V, F, V, F, F.
- B. () F, V, V, V, F.
- C. () V, V, F, V, V.
- D. () V, V, F, V, F.

20ª QUESTÃO – De acordo com o contido no Decreto-Lei 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código de Processo Penal Militar, em relação ao Inquérito Policial Militar, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O inquérito é iniciado mediante portaria.
- B. () Todas as peças do inquérito serão, por ordem cronológica, reunidas num só processo e datilografadas, em espaço dois, com as folhas numeradas e rubricadas, pelo encarregado.
- C. () A designação de escrivão para o inquérito caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquele fim, recaiando em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.
- D. () Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, nem atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.

21ª QUESTÃO – Segundo o Manual Técnico Profissional nº 3.04.01/2013-CG, Caderno Doutrinário nº 1, que trata da intervenção policial, verbalização e uso de força, cinco fatores são úteis na tentativa de compensar as possíveis desvantagens entre os processos mentais do agressor e do policial militar.

Neste contexto nas assertivas abaixo, marque “V” se for verdadeira ou “F” se for falsa. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, considerando a ordem de cima para baixo.

- A. () O policial militar pode posicionar-se atrás de algo que verdadeiramente o proteja dos tiros e, ao movimentar-se utiliza abrigos, um agressor terá muita dificuldade em atacá-lo com sucesso, evidenciando o princípio da proteção.
- B. () A ação vigorosa caracteriza-se por medidas que dificultam a percepção do abordado em relação ao policial militar, ou seja, é uma ação inesperada para o suspeito, surpreendendo-o e reduzindo seu tempo de reação.
- C. () O policial militar estará mais seguro, quando permanecer a uma distância adequada e sob a proteção de um abrigo.
- D. () Se o agressor não sabe exatamente onde o policial militar está, ele terá dificuldades em identificá-lo para um ataque, caracterizando a ocultação (coberto e abrigado).

- A. () V, F, V, F.
- B. () F, V, V, F.
- C. () V, F, V, V.
- D. () F, V, F, V.

22ª QUESTÃO – Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

Para a atividade policial-militar destaca-se a seguinte classificação do local do crime (consoante ao lugar do fato), conforme previsto no Caderno Doutrinário 2, que trata da Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas.

- | | |
|-------------------------|---|
| 1. Local mediato. | () São as áreas que podem apresentar conexão com o fato criminoso e, por isso, oferecer pontos comuns de contato (vestígios) a serem observados. |
| 2. Locais relacionados. | () É a área compreendida por ambiente fechado, que preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza. |
| 3. Local externo. | () É a área exata onde ocorreu o fato ou o crime. |
| 4. Local interno. | () São as adjacências; os pontos e áreas de acesso ao local do crime. |
| 5. Local imediato. | () É a área não restrita, e que não preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza. |

- A. () 2, 4, 5, 1, 3.
- B. () 2, 5, 3, 1, 4.
- C. () 1, 3, 2, 5, 4.
- D. () 4, 3, 2, 1, 5.

23ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. Conforme previsto no Caderno Doutrinário 2, que trata da Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas, para a manutenção da disciplina de som, recomenda-se:

- A. () Ajustar o volume do rádio HT ou, quando possível, usar fones de ouvido para comunicação.
- B. () Realizar a auto-inspeção (bater nos bolsos, efetuar pequenos saltos) mesmo após iniciado o deslocamento, retirando materiais que façam barulho.
- C. () Certificar-se de que os metais do cinturão ou de qualquer objeto conduzido estejam realmente presos, como as algemas, apitos, tonfa, outros.
- D. () Manter no modo silencioso ou desligado os telefones celulares, alarmes de relógio e similares.

24ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. Segundo previsão contida no Caderno Doutrinário nº 3, que trata da Blitz Policial, constata-se que a blitz poderá ser executada conforme o tipo de policiamento envolvido, tais como:

- A. () Policiamento ostensivo geral – ênfase na identificação de pessoas procuradas, busca de armas, drogas, veículos roubados, dentre outros.
- B. () Meio ambiente – ênfase na verificação de documentos e fiscalização de transporte de produtos e animais protegidos por legislação específica.
- C. () Apoio a fiscalizações realizadas por outros órgãos (somente estaduais) – fazendárias, sanitárias, dentre outros.
- D. () Trânsito urbano e rodoviário – ênfase na verificação de documentos e condições do condutor e do veículo.

25ª QUESTÃO – Sobre as orientações e procedimentos a serem adotados pelos policiais militares nas buscas veiculares, consoante Caderno Doutrinário nº 3, Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2013-CG, avalie as assertivas abaixo:

- I. Comece a busca pela vistoria interna, que se iniciará pelo porta-malas, prossegue pela parte interna e finaliza-se na região do motor (se for o caso).
- II. Balance energicamente a porta do veículo para verificar, pelo barulho, se existe algum objeto solto em seu interior.
- III. Caso localize algum objeto ilícito no interior do veículo, avise aos demais policiais militares.
- IV. Antes de iniciar a revista no veículo, pergunte aos ocupantes se há objetos de valor (carteira, talões de cheques, joias, entre outros).

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I, III e IV, apenas.
- B. () I, II e III, apenas.
- C. () II, III e IV, apenas.
- D. () Todas são corretas.

26ª QUESTÃO – Considerando os conceitos aplicáveis à área de abordagem a veículos insertos no Caderno Doutrinário nº 4, complete as lacunas dos textos abaixo e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de palavras que completa CORRETAMENTE as lacunas, na ordem que aparecem.

- I. _____: é o espaço em que o policial militar estará vulnerável à agressão física por parte de ocupantes do veículo (agressões com socos, com chaves de fenda, trancas de carro, dentre outros). Essa área compreende um raio de extensão de aproximadamente um metro, partindo das janelas do veículo.
- II. _____: compreende-se todo o espaço livre em torno do veículo abordado (360º). Nessa área, existem ameaças, reais ou potenciais, que colocam em risco a segurança dos envolvidos, pelo fato de o policial militar não deter, ainda, o domínio da situação.
- III. _____: é a área de abrangência da intervenção, em que os policiais militares deverão manter constante monitoramento com objetivo de conter os abordados e isolar o local contra a intervenção de terceiros.
- IV. _____: é o espaço que corresponde a uma faixa de aproximadamente 75 cm de largura, que se inicia na altura do pára-choque traseiro (lado esquerdo ou direito) do veículo abordado e termina antes do raio de abertura da porta do motorista ou das portas traseiras quando houver passageiros nos bancos de trás.
- A. () Área de contenção; área de aproximação; área de risco; área de risco.
- B. () Área de risco; área de alcance; área de contenção; área de aproximação.
- C. () Área de aproximação; área de contenção; área de risco; área de alcance.
- D. () Área de alcance; área de risco; área de contenção; área de aproximação.

27ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. No Caderno Doutrinário nº 4, que trata a abordagem a veículos, traz que este tipo de intervenção policial tem por objetivo:

- A. () Vistoriar veículo na tentativa de localizar produtos ilícitos.
- B. () Multar o condutor em casos de infração de trânsito.
- C. () Realizar busca pessoal nos ocupantes do veículos.
- D. () Adotar providências quanto ao estado de embriaguez do condutor.

28ª QUESTÃO – Quanto ao TIPO, as escoltas recebem a seguinte classificação pelo Caderno Doutrinário nº 5, EXCETO:

- A. () Doentes mentais.
- B. () Materiais bélicos.
- C. () De delegações esportivas.
- D. () Dignitários.

29ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Caderno Doutrinário nº 5, que trata das Escoltas Policiais e Conduções Diversas, são requisitos básicos para os policiais envolvidos nas escoltas:

- A. () Experiência mínima de 2 anos na atividade operacional.
- B. () Dinamismo, proatividade e disciplina.
- C. () Estar apto no Treinamento Policial Básico – TPB.
- D. () Excelente capacidade de organização e exposição, com reconhecida fluência verbal.

30ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. São objetivos da Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública – DPSSP nº 3.01.01/2010-CG (DGEOp):

- A. () Definir ações conjuntas com outros órgãos do sistema de defesa social, objetivando estabelecer vínculos comunitários, que garantam espaço e o empoderamento da comunidade no planejamento operacional da PMMG.
- B. () Estabelecer orientações operacionais com a finalidade de alinhar os planejamentos e a estrutura administrativa da PMMG nos esforços de integração a Secretaria de Segurança Pública do Estado.
- C. () Definir estratégias de emprego operacional na PMMG, pautadas na prevenção e repressão qualificada.
- D. () Estabelecer orientações visando à participação da comunidade nos esforços de segurança e proteção social.

31ª QUESTÃO – Consoante a DPSSP nº 3.01.01/2010-CG, que regula o Emprego Operacional da PMMG (DGEOp), são considerados pressupostos e orientações procedimentais básicos para emprego da Polícia Militar:

- I. Ênfase na repressão qualificada.
- II. Senso de legalidade e legitimidade.
- III. Primazia dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa.
- IV. Mobilização e participação social.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I, III e IV, apenas.
- B. () I, II e III, apenas.
- C. () II, III e IV, apenas.
- D. () Todas são corretas.

32ª QUESTÃO – Considerando os aspectos de prevenção ativa do serviço Polícia e Família, consoante Diretriz nº 3.02.03/2011-CG, que trata do assunto, relacione a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

1. Transversalidade. () Significa o propósito e a obrigação de não deixar a família sem uma solução para sua dificuldade, ainda que essa solução esteja em outros âmbitos de serviços do Estado.
2. Mobilização social. () Capacidade de agir de acordo com essa transversabilidade, que será desenvolvida nos policiais militares mediante capacitações específicas.
3. Cientificidade. () A PMMG irá canalizar esforços de apoio às famílias, de modo que em determinadas ocasiões a busca de respostas será realizada pela própria comunidade onde a família esteja inserida, aplicando-se as técnicas de Diagnóstico Rápido, Participativo e Emancipador.
4. Continuidade. () Adoção de mecanismos de gestão da informação por meio dos quais a eventual substituição de militares não prejudicará a qualidade do trabalho prestado, porque o aprendizado do militar em cada caso concreto será registrado e, nessa condição, poderá ser ensinado pela Organização para novas equipes.
5. Profissionalização. () Atenção a todos os aspectos que de modo direto ou indireto possam agravar ou expor a uma situação de risco social, grupos compreendidos no conceito de família.
6. Proteção integral. () O apoio às Famílias atendidas pelo serviço será realizado com fundamento nos índices de criminalidade local, e em dados adicionais.

- A. () 4, 1, 6, 5, 3, 2.
B. () 6, 5, 2, 3, 4, 1.
C. () 1, 5, 2, 4, 6, 3.
D. () 2, 6, 5, 4, 1, 3.

33ª QUESTÃO – Nas assertivas abaixo, marque “V” se for verdadeira ou “F” se for falsa. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

Referente à metodologia básica de implantação do serviço Polícia e Família, segundo a Diretriz que trata do assunto, serão adotados os seguintes procedimentos de operacionalização:

- () Nível 1 - identificação/escolha dos locais.
- () Nível 2 - parametrização.
- () Nível 3 - implantação da base de polícia comunitária.
- () Nível 4 - mobilização comunitária.
- () Nível 5 - rede de vizinhos protegidos.
- () Nível 6 - atenção somente à violência escolar.

- A. () F, V, F, V, V, F.
- B. () F, V, V, F, V, F.
- C. () V, F, V, F, F, V.
- D. () V, F, V, V, V, F.

34ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. Referente aos parâmetros para o atendimento comunitário, no serviço Polícia e Família, será realizado nos seguintes ambientes e sob as formas abaixo:

- A. () Base Comunitária Fixa ou Móvel do setor de policiamento realizador do serviço “Polícia e Família”, com atuação conforme Diretriz própria.
- B. () Seções de Comunicação Organizacional das UEOP.
- C. () Reuniões comunitárias e no âmbito dos CONSEP, quando das discussões dos problemas de segurança pública locais.
- D. () Teleatendimento pelo 181 – Disque Denúncia.

35ª QUESTÃO – Segundo disposto na Instrução nº 3.03.10/13-CG, que regula o emprego da PMMG com vistas à prevenção e repressão aos crimes de homicídio, avalie as assertivas abaixo.

Em todo o mundo as principais causas da violência são:

- I. Sensação de impunidade.
- II. Falta de diálogo entre contendores.
- III. O desrespeito.
- IV. A prepotência.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I, III e IV, apenas.
- B. () I, II e III, apenas.
- C. () II, III e IV, apenas.
- D. () Todas são corretas.

36ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. Segundo a Instrução nº 3.03.10/13-CG, os homicídios resultantes dos conflitos continuados são motivados por:

- A. () Uso imoderado de bebida alcoólica e de drogas por jovens e adolescentes.
- B. () Disputa por terras entre posseiros e invasores.
- C. () Questões diversas entre vizinhos.
- D. () Questões passionais.

37ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Consoante a Diretriz nº 3.02.05/2014, que regula a estruturação e o funcionamento dos CONSEP, quanto à correspondência das áreas das Frações PM e dos CONSEP, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- A. () Nos municípios sede de apenas uma Cia PM podem existir quantos CONSEP forem necessários, independente da área de atuação.
- B. () Nos distritos, atendendo à demanda local e à avaliação do Comando da RPM, poderá se constituir um CONSEP.
- C. () Cada CONSEP possui sua área de atuação específica e poderá haver atuação de mais de um CONSEP em um mesmo logradouro, bairro, distrito ou município, conforme cada caso.
- D. () Independentemente das características da comunidade local, uma Fração PM poderá ter apenas um CONSEP em sua área de atuação.

38ª QUESTÃO – Marque a alternativa INCORRETA. Segundo a Diretriz nº 3.02.05/2014-CG, deverão ser observadas, para a instalação e funcionamento dos CONSEP, as seguintes etapas:

- A. () Mobilização da comunidade com o auxílio de suas lideranças e com o apoio do comandante da fração, através dos meios de comunicação disponíveis, tendendo ao maior número possível de participantes, para uma reunião inicial de aproximação e sensibilização.
- B. () Levantamento dos segmentos organizados na comunidade, com a identificação das respectivas lideranças.
- C. () Realização de reuniões esporádicas, desconsiderando o plano de ação traçado pela Diretoria.
- D. () A partir dos presentes nessa reunião, deve ser criada uma comissão ou diretoria provisória do Conselho para elaborar a proposta do Estatuto.

39ª QUESTÃO – Consoante à Instrução nº 3.03.07/10, que trata da atuação da Base Comunitária (BC) e Base Comunitária Móvel (BCM), na PMMG, quanto aos conceitos de atuação, avalie as assertivas abaixo.

- I. O Cmt de Cia PM e o Ch da Seção de Emprego Operacional (P3) da Unidade fiscalizarão a elaboração do Plano de Ação, elaborado pelo Cmt da BCênfase na repressão qualificada.
- II. O Cmt da Cia PM e o Cmt da Equipe da BC criarão um ambiente favorável para a troca de experiências e sinergia para a resolução dos problemas afetos à segurança pública.
- III. O Cmt da BC apresentará ao Cmt de Cia PM o plano de ação, relativo à identificação e análise dos problemas estudados (5W2H).
- IV. A equipe da BC é diretamente subordinada ao Cmt de Cia PM.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I, III e IV, apenas.
- B. () I, II e III, apenas.
- C. () II, III e IV, apenas.
- D. () Todas são corretas.

40ª QUESTÃO – Complete as lacunas e marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETAS na ordem que aparecem.

Considerando o disposto no Caderno Doutrinário nº 4, para melhor compreensão dos procedimentos relativos à abordagem a veículos, aplicam-se as seguintes de funções:

- I. _____: é o policial militar responsável pela integridade e segurança dos componentes da equipe durante toda a intervenção.
- II. _____: é o militar de maior posto ou graduação, e dentre eles, o mais antigo; responsável pela coordenação e pelo controle da operação.
- III. _____: é o policial militar responsável pela comunicação com os ocupantes do veículo abordado.
- IV. _____: é o policial militar responsável pela verificação de documentos e vistoria do veículo.
- V. _____: é o responsável pela realização da busca pessoal nos ocupantes do veículo abordado, durante a intervenção.

- A. () PM Comandante; PM Vistoriador; PM Verbalizador; PM Revistador PM Segurança.
- B. () PM Segurança; PM Comandante; PM Verbalizador; PM Vistoriador; PM Revistador.
- C. () PM Vistoriador; PM Segurança; PM Revistador; PM Verbalizador; PM Comandante.
- D. () PM Segurança; PM Verbalizador; PM Comandante; PM Revistador; PM Vistoriador.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40